

“Gostaria de se tornar Tenente”: oficiais da Guarda Nacional – um perfil socioeconômico no Brasil Meridional (1850-1870)

“He would like to become a Lieutenant”: National Guard officers – a socioeconomic profile in Southern Brazil (1850-1870)

Miquéias Henrique Mugge¹
miqueias@gmail.com

Resumo. O presente artigo objetiva analisar o *corpus* de oficiais da Guarda Nacional do Império do Brasil. Dando lugar, portanto, aos homens que participavam dessa instituição, no interstício entre 1850 e 1873, intenta compreender fatores relativos à ascensão nos postos da milícia, especialmente relativos às práticas sociais e interfaces comportamentais de variados sujeitos em um contexto delimitado, cujo cenário é a antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Preocupa-se, portanto, em desvelar jogos de cooperações e conflitos, cuja análise se debruça sobre o oficialato miliciano – com a finalidade de esboçar um perfil socioeconômico dos mesmos.

Palavras-chave: Guarda Nacional, oficialato, ascensão, Império, perfil.

Abstract. The purpose of this paper is to analyze the National Guard officers' corps during the Brazilian Empire. Considering mainly the men who participated in it during the period between 1850 and 1873, it seeks to understand factors involving social practices and behavioral interfaces of various subjects in a delimited context, viz. the former German settlement of São Leopoldo, in the Province of Rio Grande do Sul. Thus, it aims at unveiling games of cooperation and conflict, whose analysis focuses on the militia officer' corps in order to sketch a socioeconomic profile of its members.

Key words: National Guard, officers, ascension, Empire, socioeconomic profile.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² O empreendimento imigrante em São Leopoldo foi iniciado em 1824, no Primeiro Império, visando dotar a região de pequenos povoados cujo cerne seria a capacidade da policultura em pequenas propriedades rurais, o abastecimento das tropas e de militares, e, finalmente, o fornecimento de soldados para as guerras pós-Independência. Ver: Tramontini (2000), Oberacker Jr. (1968), Roche (1969), Schröder (2003) e Amado (2002).

Wilhelm Rotermund, em seu conto *Empresas disparatadas no Brasil*, narrou a história de dois imigrantes alemães chegados a uma colônia fictícia – que se parecia muito com São Leopoldo,² onde o pastor luterano se estabeleceu, teve sua família e gerenciou seus negócios gráficos e editoriais. Ali, os dois passaram por dificuldades diversas, como, por exemplo, encontrar um terreno para se estabelecerem. Depois das agruras iniciais, o suábio e o bávaro se viram imersos no universo político da localidade, onde perceberam arranjos e redes estabelecidas desde os inícios do processo migratório, que perpassavam grande parte das instituições a serviço do ou do próprio Império do Brasil – da Câmara Municipal à Guarda Nacional, da Igreja ao botequim. Depois de tratarem de política com

o que podemos chamar de *exponenciais locais* (Witt, 2008) – ou intermediários/brokers (Grendi, 1978) – aqueles alemães naturalizaram-se, sob a tutela de um patrão. Com sua atuação, ganharam algum dinheiro e ambicionaram ascensão social. Por fim, o narrador revela o que almejava um deles: “gostaria de se tornar tenente; fazia tempo que se incomodava com o fato de o comerciante vizinho, o explorador gordo, ser tenente e andar de uniforme a cada Kerb” (Rotermund, 1997, p. 227-228).³

Mesmo tratando-se de um texto considerado histórico-ficcional, atentamos aqui para algumas questões que certamente revelam o cotidiano do século XIX, principalmente daquelas pessoas estabelecidas em colônias na província do Rio Grande do Sul. Primeiramente, a presença de um comerciante – na visão de Rotermund e de seus personagens, o “explorador gordo” – que fazia parte do corpo de oficiais da Guarda Nacional. Tenente que era, o dono do botequim, a cada Kerb, fardava-se com as cores da milícia e mostrava seu capital simbólico, certamente adornando-se de luvas brancas, uma espada e botas não menos reluzentes.⁴

Tornar-se um oficial da milícia, assim, era mais um modo de distinção social oitocentista, revelado na hierarquia social vigente. Mas de que maneira soldados e cabos se tornavam oficiais superiores? Como, numa sociedade baseada na pequena propriedade e em um incipiente núcleo urbano, a ascensão social e a legitimidade da elite local funcionavam? Como, por fim, manejavam-se as redes de poder que convergiam para a Guarda Nacional e que delineavam as malhas das redes sociais da localidade? Em suma, de que modo funcionava a cooptação de pobres livres por parte de uma elite local que não era dona de extensas parcelas de terra ou grandes plantéis de escravos?

O lócus

Diversos historiadores competentemente estudaram São Leopoldo e seus habitantes. Não desejamos aqui indicar que uma parcela da historiografia está superada ou que não deu contribuição alguma aos estudos acerca dos habitantes do Império do Brasil que ali se estabeleceram. Antes disso, buscando a convergência, traremos à luz estudos que possam nos auxiliar a refletir acerca da atuação da elite leopoldense no tocante à Guarda Nacional, especialmente durante o século XIX.

Na maioria dos trabalhos que se ocupou minimamente com São Leopoldo, há um destaque preponderante para a atuação do comerciante local: o dono da *venda*, que recebia os excedentes produzidos nas pequenas propriedades, trocava por outros gêneros e artefatos, ou ainda comprava dos colonos em troca de cartas de crédito ou dinheiro vivo. Janaína Amado, por exemplo, percebeu, em *A revolta dos Mucker*, momentos distintos das relações sociais e econômicas estabelecidas entre comerciantes e colonos. Nos anos iniciais (1824-1846), o escoamento da produção até o núcleo da colônia era difícil. Contribuíam, para esta situação, a precariedade das estradas, as enormes distâncias entre picadas e centro da Colônia e a dificuldade de navegação pelas vias fluviais. Para sanar tais problemas, segundo Amado, surgiram *vendas rurais*, localizadas tanto junto ao Rio dos Sinos quanto no interior das picadas. Naquele tempo, a relação com a capital da província era esparsa e, comumente, todo excedente tinha como destino o núcleo da Colônia. A historiadora demonstra que existiram dois intermediários entre produtor e consumidor final: o comerciante rural, localizado ou na picada, ou na beira do rio, e o comerciante do núcleo.

Amado conclui que o enriquecimento dos comerciantes rurais foi lento e a diferença econômica existente entre comerciante e produtor era pequena nos anos iniciais. A acumulação de capital com vagareza foi relacionada especialmente ao baixo poder aquisitivo de seus clientes. Já o comerciante do núcleo, por sua vez, enriqueceu rapidamente, alcançando boa situação apesar das dificuldades diante da eminente Revolução Farroupilha. Segundo Amado, portanto, “a exploração econômica do comerciante [...] sobre o colono foi atenuada, até 1845, pelo sistema de colaboração mútua” (Amado, 2002, p. 39). Há, ainda, a presença do artesão rural, especialmente o que lidava com couros, que preencheu uma lacuna na sociedade sul-rio-grandense e de íntima ligação com o comércio do núcleo, da capital e da província. Em suma, para a historiadora, “havia oportunidade para todos” antes de 1845, e, segundo ela, as relações sociais se davam quase que em sua integralidade horizontalmente.

A partir do fim da Revolução Farroupilha e da elevação de São Leopoldo à condição de Vila, Amado percebe, em sua tese de doutorado, a alta do preço das terras, a atuação de especuladores, o surto de crescimento econômico leopoldense, e, finalmente, a ascensão ao papel de protagonista do comerciante. Para ela, “os processos detonados após 1845 provocaram o empobrecimento da maioria dos colonos, em benefício de uma pequena

³ Sobre a obra literária de Rotermund, ver Neumann (2009).

⁴ A Guarda Nacional do Brasil foi criada durante o Período Regencial. Lócus privilegiado de atuação das elites locais, era invocada em momentos de defesa da ordem e de garantia da segurança, com intuito de defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império do Brasil. Organizada em todo o território do país, apesar de imensas dificuldades estruturais e burocráticas, sob, inicialmente, tutela dos municípios, estabelecia e resguardava a ordem e a tranquilidade pública, além de auxiliar o Exército na manutenção da paz (e da guerra) em fronteiras. Ou seja, em meio a grandes agitações, a instituição serviria como base de proteção contra a anarquia do Exército e contra as revoltas populares que aconteciam em diferentes partes do vasto território nacional (Vianna, 1949; Leal, 1978; Castro, 1977; Sodré, 1979; Rodrigues *et al.*, 1981; Uricoechea, 1978; Fertig, 2010).

camada” (Amado, 2002, p. 84). A historiadora chega a assumir que a “sociedade igual” que habitava esta localidade inexistia em 1874 (ano da Revolta dos Mucker). Ou seja, “os verdadeiros donos de São Leopoldo eram os comerciantes. Eles tinham se transformado nos mais ricos, poderosos e influentes habitantes da ex-colônia. Eram poucos, mas uma decisão sua pesava mais que a de todos os outros moradores reunidos” (Amado, 2002, p. 84-85).

Parece-nos que Janaína Amado tratou dos comerciantes de maneira original. Percebeu sua ascensão econômica relacionando-a ao contexto provincial, quando da necessidade de escoar os excedentes produtivos de São Leopoldo para a capital, especialmente durante o tempo de guerra. Por outra via, parece-nos factível que os comerciantes também ascenderam politicamente, ocupando postos importantes e trabalhando “a serviço de sua Majestade” – eram delegados, subdelegados, juizes de paz, juizes municipais, comandantes e oficiais da Guarda Nacional, vereadores, presidentes da Câmara, etc. No entanto, apesar disso, não concordamos inteiramente com o proposto por Amado. Transparecem em sua análise duas sociedades distintas: pré-1845 e pós-1845; uma igual, outra desigual.

Tramontini, também em sua tese de doutoramento, tratou de complexificar o que foi proposto e analisado por Janaína Amado. Para este historiador, a visão “marxizante e romantizada, do pioneiro igualitário” (Tramontini, 2000, p. 327) não pode se sobrepor ao aspecto político que fundamentava aquela sociedade colonial. Ou seja, e também cremos nisso, Amado transfere a organização política de São Leopoldo para o período posterior a 1850. É claro que isso não invalida a presença do comerciante, mas, adverte Tramontini, não podemos suavizar as diferenças.

Analisando inventários de comerciantes, colonos e artesãos de São Leopoldo até 1850, o historiador conclui que o patrimônio dos comerciantes e de alguns artesãos já superava em muito o dos colonos – ainda mais se considerarmos que colonos com pequenas propriedades raramente tinham bens inventariados. Ainda em 1848, destaca Tramontini, comerciantes já possuíam escravos, investiam seu capital em terras e especialmente em loteamentos de grandes áreas com a finalidade de venda para colonos recém-chegados. Por outro lado, o próprio comerciante era financiador dos colonos, emprestando dinheiro a juro, em média de 12% ao ano. Ou seja, “o vendeiro centralizava a vida social e política da picada” (Tramontini, 2000, p. 331).

É claro que o comerciante, de destaque local, financiador de boa parte dos colonos, tinha um papel de preponderância. No entanto, cremos que era necessário, além de seu papel de regulador econômico, mínima legitimidade junto a seus subordinados na hierarquia social. A concorrência com outros comerciantes, especialmente depois de 1850, e com demais elites legitimadas, como, por exemplo, médicos, advogados, donos de grandes empreendimentos – como a pedreira do Capitão José Joaquim de Paula ou os serviços advocatícios do Tenente Francisco Ferreira Bastos no Quarto Distrito –, faziam com que a fidelidade de seus clientes, especialmente em tempos turbulentos, fosse posta à prova, a cada eleição, a cada qualificação e a cada leva de recrutamento.

Por sua vez, Marcos A. Witt afirma que a preponderância dos comerciantes também se deu graças à diversificação de atividades. Investindo em terras e no processamento de alimentos como mandioca e grãos em geral, os Diefenthaler, analisados por Witt, contavam também com cabeças de gado e alguns animais que trabalhavam em engenhos da família. O mercado de títulos e ações foi alvo de investimento, especialmente da estrada de ferro Porto Alegre-Novo Hamburgo, assim como a especulação de terras, que seria um investimento seguro (Witt, 2008, p. 110-144).⁵ Revelando sociedades e capacidades de articulação política, graças também à posição econômica, Witt atesta que, muitas vezes, os espaços geográficos e estratégicos ocupados pelos comerciantes, mormente considerados *locais*, ultrapassavam o Vale do Rio dos Sinos, abrangendo os Campos de Cima da Serra, o Litoral Norte e, às vezes, até o sul da província de Santa Catarina.

Aquele comerciante gordo, citado por Rotermund, para o próprio autor, é um privilegiado. “A ‘casa de negócios’ mantém-se imune a todos os perigos. E ao pequeno e gordo vendista [vendeiro] da Picada Isabelle o tempo parece apropriado para fazer um negócio” (Rotermund *in* Witt, 2008, p. 174). As vendas e seus donos, assim, eram lugares e pessoas de destaque no cenário colonial, peças-chave para o desenvolvimento. As vendas foram lugares onde pessoas se encontravam, tomavam partido de situações políticas imperiais, provinciais e municipais; onde negociatas eram fechadas, acordadas e descumpridas. Ali homens eram assassinados quando jogavam bilhar; local para onde corriam os descontentes espalhar notícias frescas.⁶

⁵ Acerca do investimento por parte dos comerciantes em terras e especulação fundiária, ver Magalhães (2003).

⁶ Em 1848, na casa de negócios de João Veck, o Capitão João Bento Alves foi assassinado por um tiro que atingiu o estabelecimento pela janela da Rua Formosa e atingiu o Capitão, que tombou imediatamente. Achavam-se todos “entretidos com o jogo do bilhar”, que ali existia. “A escuridade em que se achava a noite e a chuva que caía favoreceu [sic] a escapada do assassino, sem que se pudessem descobrir vestígios.” O ferido, antes de morrer, ainda pôde responder que havia sido ferido por um inimigo seu. Junto a João Bento Alves, no bilhar, ainda estavam Thimoteo Antonio Ferreira Tavares Leiria, Francisco Laviega, João Veck, Augusto Schons, Nicolau Stumpf, Guilherme Schilling, C. F. Reichmann, Martius Michael e outros. As investigações concluíram que veementes indícios davam conta de que o mandante do crime fora Tristão José Monteiro, que mandou seu escravo Antonio desferir o tiro mortal. No entanto, Monteiro foi considerado inocente após apelação ao Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. Ver: APERS. N3012M59E74. Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Porto Alegre. Autos de execução. Tristão José Monteiro (suplicado).

Aqui, no entanto, cabe-nos perguntar qual o peso da participação de comerciantes no contingente de oficiais da Guarda Nacional. Se, por acaso, eles faziam parte em sua maioria e, caso o fizessem, como funcionavam os acordos tácitos entre patrão e cliente na sociedade de então. Por fim, a ascensão dependia não só de aspectos econômicos, mas de relações políticas e, sobretudo, sociais prévias, laços densos que ligavam comandantes e comandados, e que, muitas vezes, ultrapassavam o âmbito miliciano.

Um perfil do oficialato de São Leopoldo

“Meu alferes”, era assim que a mãe de um recém oficial da Guarda Nacional o chamava, em meados do oitocentos: orgulhosa e contente da posição de seu filho na hierarquia social de então. O alferes, personagem de Machado de Assis no conto “O espelho”, lembra também os olhares de revés de seus antigos amigos, da felicidade dos tios e tias – de quem ganhou a farda. “Era alferes para cá, alferes para lá, alferes a toda hora”, contava o personagem (Assis, 1994).

Transparece do conto machadiano especialmente o limiar simbólico que envolvia vestir a farda. Antes de tudo, um símbolo, uma insígnia de superioridade e a certeza de que os escravos o chamassem de “Nhô Alferes”, mesmo que tempos depois uma sublevação ocorresse, revelando-se em dano considerável para o inventário de bens semoventes de sua tia.

A norma que regulava as atribuições e os deveres dos oficiais milicianos era o decreto n. 1.354, de 6 de abril de 1854. Em São Leopoldo não havia um Comandante Superior, o qual era compartilhado com a Comarca de Porto Alegre. No entanto, havia Comandantes e Oficiais de Corpos, Companhias e Secções. Após a nomeação, todos contavam com seis meses para se apresentarem fardados ao Comandante. Recebiam, todos, ordens diretas do Comandante Superior – exceção era feita às provenientes do Governo ou do Presidente da Província.

Os dados acerca da composição do oficialato de São Leopoldo são esparsos. Não há lista ou livro completo. Obtivemos acesso a fontes que podem nos dar uma noção de completude: uma lista da força qualificada da 4ª Secção de Infantaria (de 14 de junho de 1864) (AHRS, 1864), diversos envios de propostas para ocupação de postos de oficiais (1849-1871), que terminam compondo grande parte de nossos registros (AHRS, s.d.), um livro de relação de condutas dos oficiais e inferiores da Secção de Infantaria de São Leopoldo (início em 1857) (MHVSL, 1857-?), um livro de registro geral dos oficiais dos diferentes corpos do Comando Superior da Guarda Nacional

de Porto Alegre (início em 1858) (ANRJ, 1858-?), três relações nominais dos oficiais do 12º Corpo de Cavalaria (1871-1872), por fim, ofícios, requerimentos e aparecimentos gerais provenientes do Fundo Guarda Nacional do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A partir desses documentos compusemos, em nosso banco de dados, uma lista nominal que totaliza 104 nomes (coronéis, tenentes-coronéis, majores, capitães, tenentes e alferes). Infelizmente, diante de tal sorte de tipos documentais, não pudemos contar com informações seriadas. Apenas as relações de conduta deram-nos informações acerca da idade de 25 dos 104 oficiais, ou 24,04% (Tabela 1).

Apesar da quantidade diminuta, chegamos a resultados semelhantes aos obtidos por Flávio Saldanha, relativos a Mariana, Minas Gerais (Saldanha, 2009): cerca de 90% dos oficiais eram jovens (18-44 anos). Nenhum deles era sexagenário.

Pudemos, ainda, relacionar parte do efetivo de oficiais com seu estado conjugal (Tabela 2).

A partir das Tabelas 1 e 2, podemos pressupor que a maioria dos oficiais leopoldenses da milícia cidadã era jovem e casada. No entanto, ainda de acordo com as listas de 1857 e 1871, podemos abordar duas variáveis: profissão e naturalidade. Ocupar-nos-emos especialmente

Tabela 1. Oficiais da Guarda Nacional por faixa etária (São Leopoldo, RS).

Table 1. National Guard officers' age (São Leopoldo, RS).

Faixa Etária	Oficiais	%
18-44 anos	23	92
44-59 anos	2	8
Total	25	100%

Fonte: Relações de Condutas dos Oficiais de São Leopoldo.

Tabela 2. Oficiais da Guarda Nacional por estado conjugal (São Leopoldo, RS).

Table 2. National Guard officers' marital status (São Leopoldo, RS).

Estado Conjugal	Oficiais	%
Casados	20	80
Solteiros	5	20
Total	25	100

Fonte: Relações de Condutas dos Oficiais de São Leopoldo.

da primeira. Quanto às profissões,⁷ a Tabela 3 apresenta os resultados.

Diante da Tabela 3, percebe-se que, ao contrário da situação de Mariana (MG), analisada por Saldanha, em São Leopoldo a maioria dos oficiais ocupava-se de profissões urbanas: profissionais liberais, artesãos, operários, industriários e comerciantes tomam 80% do contingente do oficialato. Este resultado preliminar, portanto, ao menos para regiões com características semelhantes à de São Leopoldo, contraria a assertiva de Fernando Uricoechea de que “como regra, os artesãos e pequenos comerciantes eram excluídos [do oficialato]” (Uricoechea, 1978, p. 169). A partir disso, consideramos factível questionar, ao menos em partes, a afirmação que “os oficiais eram donos de terras e escravos” (Graham, 1997, p. 51). Outrossim, para adentrarmos nos pormenores dessa análise, teremos que tomar como base um *corpus* documental ampliado, o que se seguirá em breve.

Parece-nos claro que os resultados que aqui obtivemos não negam o paradigma de Graham, de que o clientelismo moldou o Brasil, que o tamanho da clientela era a medida de um homem oitocentista e que, finalmente, havia uma hierarquia onde se permitia que “quase todo mundo se sinta [sic] superior a alguém” (Graham, 1997, p. 49). Tampouco tivemos em nosso horizonte de análise tentar refutar tais conclusões. Pelo contrário, tomamo-las como via para analisar o modo de funcionamento de uma sociedade baseada na pequena propriedade rural, onde um grande espectro de pobres livres com honra lutavam por ascensão social e parte da elite econômica ocupava os

altos postos da Guarda Nacional, como veremos a seguir.

Ainda baseando-nos nas duas listas de relações de condutas, podemos alcançar resultados acerca da renda declarada dos oficiais leopoldenses, cujos dados podem ser observados na Tabela 4.

De acordo com os dados compilados na Tabela 4, em São Leopoldo havia um número considerável de oficiais com rendas declaradas abaixo de 400 mil réis anuais. Presume-se, portanto, que a renda não era condição necessária para tornar-se um oficial. Entretanto, nas duas relações de condutas transparece que o posto da comandância era ocupado pelo cidadão com mais rendas. Ora era o Major João Schmitt (“cujo préstimo é preciso observar”), filho de Henrique Schmitt, proprietário, natural da província de São Pedro, 39 anos e rendas anuais de 3:000\$000 (nomeado por decreto em 1869), ora era José Joaquim de Paula, filho de Joaquim José de Paula, natural de Portugal, 54 anos, lavrador e com rendas anuais de 1:200\$000. Enquanto que os ganhos brutos anuais não pareciam ser necessários para o acesso ao oficialato, ter lucros acima de um conto de réis a cada ano transparece ter sido essencial para chegar à comandância. Ademais, foram mais rentáveis aos comandantes as profissões de lavrador e proprietário, seguidas por profissionais liberais (advogados e escrivães) e por aquelas ligadas ao comércio. Os artesãos, por outra via, costumavam ocupar os cargos mais baixos do oficialato, como alferes e tenente.

Quanto às nossas visualizações atuais, concordamos com Uricoechea (1978) quando este afirma que o fenômeno de militarização da sociedade não ocorria

Tabela 3. Oficiais da Guarda Nacional por ocupação (São Leopoldo, RS).

Table 3. National Guard officers' occupation (São Leopoldo, RS).

Ocupação	Oficiais	%
Profissionais Liberais e Proprietários	7	28
Artesãos e Operários	10	40
Indústria e Comércio	3	12
Agricultura	4	16
Indeterminado	1	4
Total	25	100

Fonte: Relações de Condutas dos Oficiais de São Leopoldo.

Tabela 4. Oficiais da Guarda Nacional por renda declarada (São Leopoldo, RS).

Table 4. National Guard officers' declared annual income (São Leopoldo, RS).

Renda	Oficiais	%
200\$000 a 399\$999	9	36
400\$000 a 799\$999	7	28
800\$000 a 1:999\$999	6	24
2:000\$000 ou mais	2	8
Não informado	1	4
Total	25	100

Fonte: Relações de Condutas dos Oficiais de São Leopoldo.

⁷ Utilizamos aqui os mesmos conceitos profissionais que Saldanha (2009, p. 96).

somente no âmbito agrário, antes ultrapassava-o. A presença militar se dava, sobretudo, nas listas de concorrentes à vereança municipal. Também nas listas de senhores de escravos patentes como coronel, tenente-coronel, major e capitão podem ser observadas. No entanto, alerta o próprio Uricoechea (1978), as instituições militares – como a Guarda Nacional – modelaram as vidas também de cidadãos “menores”, como os artesãos e pequenos produtores leopoldenses. Ou seja, apesar de todo o tipo e de toda a possibilidade de atuações ambíguas, também por meio dos oficiais, mediante relações entretidas entre Estado e seus agentes e a confiança estabelecida entre os membros das lideranças locais, construiu-se o Império de Pedro II.

A corporação que denotava honra social ao cidadão tornou-se, pois, além de via de conquista de clientelas, como notado por Graham (1997), método de construção do Estado centralizado, de acordo com Ilmar Mattos (1990). Apesar disso, não dotamos os sujeitos aqui estudados de hiper-racionalidade (atuar a favor do Estado ou aproveitando-se dele, por exemplo), mas sabemos que atuaram no horizonte de possibilidades que as normas sociais e seus contextos propiciaram. Quando o Estado delegou à Guarda símbolos e imagens coletivas, institucionalizou valores como boa conduta, decoro e, sobretudo, liderança e comando. As necessidades de ser honrado, contar com prestígio social e ter um rol de serviços prestados ao Império unia oficiais e comandantes (Remedi, 2011; Gayol, 2008).

Entre ocupações e inventários: *following the loops*

Identificar elos, laços, atividades e redes, eis o conselho do antropólogo norueguês Fredrik Barth, para que entendamos a sociedade (Barth, 2000, p. 178). É preciso “seguir os volteios” e, a partir disso, repensar experiências socioculturais de atores sociais que certamente revelarão hierarquias sociais para além das relações de produção. Ou seja, a partir disso, “os diferentes grupos (camponeses, escravos, senhores, etc.) entrariam em barganhas e disputas. Enfim, o estudo da reiteração de hierarquias e das relações sociais de produção adquiriria mais refinamento” (Fragoso, 2002, p. 62-63).

Na busca por problematizar mais a atuação dos oficiais na sociedade em que estavam inseridos, tomando como pressuposto o fato de que suas experiências também acabavam por moldá-la, tivemos contato com os inventários destes coronéis, tenentes-coronéis, capitães, etc. Então, finalmente, conseguimos algumas informações seriadas que podem nos revelar especialmente aspectos socioeconômicos daqueles sujeitos.

É claro que o caráter serial dos inventários nos auxiliará nesta tarefa. No entanto, devemos, inicialmente, apresentar ao leitor a lógica que rege a produção destes documentos. Após a morte de um homem (ou de uma mulher), há a abertura do inventário, que se segue pela avaliação dos bens e das dívidas, e, finalmente, se dá a partilha entre os herdeiros.

Os inventários pesquisados estão arquivados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). A partir dos índices “nome do inventariado”, procedemos a busca onomástica com base na lista supracitada de 104 oficiais, compilada a partir de documentos diversos. Desses 104 oficiais da lista preliminar, pudemos ter acesso a 45 inventários deles (43,27%), cuja data de abertura varia de 1852 (Januário Antonio de Vargas) a 1906 (Epifânio Orlando de Paula Fogaça). Adicionamos um número identificador a cada inventariado, no intervalo de 1 a 45.

Novamente, de início, buscamos por suas ocupações, com a finalidade de cotejar as informações relativas à Tabela 3.

Dos dados apresentados na Tabela 3 e cotejados aos da Tabela 5, depreende-se que, a partir dos inventários, ainda se pode admitir que as profissões urbanas dominavam o oficialato leopoldense. 74,2% dos inventários onde se encontra a profissão declarada eram de ou profissionais liberais e proprietários, ou artesãos e operários, ou industriários e comerciantes. Novamente as profissões ligadas à agricultura (lavrador e agricultor) são minoria (agora 25,8%).

Quanto às profissões, devemos fazer uma ressalva. Nos documentos aqui tratados, aparecem ocupações como “negociante”, “proprietário”, “agricultor” e “lavrador”.

Tabela 5. Oficiais da Guarda Nacional, profissão em inventários (1852-1906).

Table 5. National Guard officers' occupations, inventories (1852-1906).

Ocupações	Oficiais	%
Profissionais liberais e proprietários	15	33,3
Artesãos e operários	3	6,7
Indústria e comércio	5	1,1
Agricultura	8	17,8
Indeterminada	14	31,1
Total	45	100

Fonte: Inventários.

Buscando em dicionários de época, temos as seguintes definições:

- (a) Proprietário: “O senhor de alguma propriedade. O que propriamente pertence alguma fazenda” (Bluteau, 1712-1728, p. 787) e “O senhor de alguma propriedade ou bens de raiz; opõe-se talvez ao que vive de indústria ou ofício; ao usufrutuário, rendeiro, colono e inquilino” (Silva, 1813, p. 517).
- (b) Agricultor: “o que lava a terra. Que vive dos frutos da terra cultivada por suas próprias mãos” (Pinto, 1832, s.p.) e “que lava e cultiva as terras” (Silva, 1813, p. 68).
- (c) Lavrador: “aquele que cultiva terras próprias e alheias [...] os homens mais nobres foram de ofício e profissão lavradores” (Bluteau, 1712-1728, vol. 5, p. 55) e “o que lava e cultiva as terras, e não usa de mister ou ofício mecânico” (Silva, 1813, vol. 2, p. 210).
- (d) Negociante: “homem de negócio, participio ativo de negociar, diligenciar, procurar, comerciar, comprando, vendendo, trocando” (Pinto, 1832, s.p.); “homem de negócio. Mercador, banqueiro” (Bluteau, 1712-1728, vol. 6, p. 787); “negociante, s.m., comerciante, tratante, que vive de comércio” (Silva, 1813, vol. 2, p. 517).⁸

Quanto à posse de cativos dos oficiais leopoldenses analisados a partir dos inventários (45), que morreram antes de 1888 (39 ou 86,7%), percebemos que 13 deles (33,3%) eram possuidores de plantel escravo e todos os plantéis contavam com número igual ou menor que 10 cativos. Em suma, como observado por Saldanha, o fato de ser senhor de escravo “não se configurava como condição *sine qua non* para ser oficial da Guarda Nacional” (Saldanha, 2009, p. 156), especialmente quando estamos tratando acerca de São Leopoldo, que contava com a maior parte dos oficiais cuja ocupação se relacionava ao cotidiano cidadão.⁹ Com tal informação em mente, desconsideramos a probabilidade de a análise da posse de cativos revelar informações substanciais para nossa pesquisa, para além das que aqui já abordamos.

Diante da sorte de informações contidas nos inventários, continuaremos tratando aqui, primeiramente, da

fortuna dos oficiais da Guarda Nacional. Dos 45 inventários acessados, 40 deles contavam com a avaliação dos bens do inventariado (88,9%), cujo monte-mor variava de 300\$000 réis a 157:016\$717 réis. A partir desses dados, construímos a Tabela 6.

A primeira observação pertinente quanto à Tabela 6 é que há toda sorte de valores nos montes-mor dos oficiais.¹⁰ Havia o alferes, o tenente e o capitão que, mortos, somavam menos de 40 libras esterlinas em seu inventário. Por outro lado, encontramos alguns alferes, capitães e tenentes-coronéis cujas somas ultrapassavam 5 mil libras esterlinas. Homens de alta patente (coronéis e tenentes-coronéis) também tiveram, logo após sua morte, a avaliação de todos os seus bens muito diversificada: enquanto que o identificado com o número “2” (Cel. Dr. João Daniel Hillebrand) somou apenas 118,67 libras, um dos tenentes-coronéis, sob o número “12” (Ten.-Cel. Antonio José da Silva Guimarães) no fim de sua vida tinha em seu nome bens móveis, semoventes e de raiz, além de créditos, no expressivo valor de 7.444,40 libras.

Dos dez primeiros oficiais “campeões de fortuna”, apenas dois têm alta patente (trata-se do mesmo Ten.-Cel. Antonio Guimarães e do Ten.-Cel. João Lourenço Torres). Os demais são alferes (2), capitães (5) e majores (1). Aparentemente, isso causaria surpresa – já que, conclui-se previamente, não se precisava contar com grande fortuna para tornar-se coronel ou tenente-coronel. No entanto, queremos salientar aqui que comandar um corpo de cavalaria ou uma seção de infantaria demandava serviços que poderiam atrapalhar o cotidiano profissional daqueles homens. Dedicar-se quase que integralmente à organização da milícia pode ter parecido, para aqueles abastados locais, algo oneroso e penoso, visto que nem todos dispunham de tempo e dedicação ao serviço público (e litúrgico).¹¹

Portanto, não nos parece ter havido, para a composição do quadro dos oficiais da Vila e depois Cidade de São Leopoldo (1850-1873), uma hierarquização socioeconômica dos oficiais da Guarda Nacional. Ou seja, os de menor fortuna poderiam ocupar um posto mais alto que os de maior fortuna, como de fato ocorreu. Podemos concluir que há casos em que ser possuidor de grande parcela de terras, de cabeças de gado, de empreendimentos ou ainda ter investido seu dinheiro em ações não foi essencial para determinar o acesso a postos como

⁸ A ausência de termos como “criador” – relativo à pecuária – faz-nos recordar a tese de Helen Osório, especialmente o capítulo 4, quando a historiadora trabalhou com a “Relação de moradores que têm campos e animais no Continente”. Osório percebeu que o termo “lavrador” comportava uma economia mista: mesmo que possuísse mais de uma centena de reses, considerava-se o produtor como “mais à lavoura que à criação”, ou seja, “constituía-se num produtor rural que era simultaneamente um agricultor e um pastor [...] que possivelmente comercializava algum excedente alimentar” (Osório, 2007, p. 79-102). Algumas vezes, estes lavradores ainda contavam com braços escravos que os ajudavam a manter sua unidade produtiva.

⁹ Ver, também, as páginas 146 a 156.

¹⁰ Dos 45 inventários selecionados, sete eram alferes (15,6%), 18 eram capitães (40%), sete eram majores (15,6%), seis eram tenentes (13,3%), três eram tenentes-coronéis (6,7%) e, finalmente, 4 eram coronéis (8,8%).

¹¹ Atentamos aqui que é preciso relativizar os dados acerca das fortunas dos inventariados. Trata-se de um retrato do patrimônio individual quando do falecimento e, por esse motivo, não é exato. Tomamos esses dados como indicativos. O falecido, por exemplo, pode, em seus últimos anos de vida, ter iniciado a divisão dos bens.

Tabela 6. Monte-mor dos Oficiais da Guarda Nacional de São Leopoldo em ordem decrescente, em libras (atuação: 1850-1873; morte: 1852-1906).**Table 6.** São Leopoldo's National Guard Officers inheritance in pounds (acting between 1850-1873; death between 1852-1906).

ID	Abertura	Partilha	Monte-mor (Rs.)	Monte-mor (£)	Patente
38	26.10.1882	02.07.1883	116:812.000	10.464,41	Capitão
39	09.03.1859	11.07.1859	84:519.190	9.025,38	Capitão
12	20.12.1872	19.09.1873	66:418.422	7.444,4	Tenente-Coronel
21	18.12.1877	06.05.1878	60:868.000	5.807,82	Alferes
15	07.07.1897	29.10.1897	157:016.717	4.828,26	Capitão
36	02.09.1861	07.04.1862	20:687.200	2.266,97	Capitão
44	30.7.1887	30.08.1888	21:079.208	2.213,32	Tenente-Coronel
40	23.09.1863	20.11.1863	16:595.427	1.880,82	Major
20	08.11.1887	30.04.1888	16:957.000	1.780,49	Alferes
43	08.06.1883	09.10.1884	19:034.601	1.633,8	Capitão
25	23.06.1886	25.06.1886	17:314.120	1.314,84	Coronel
6	22.05.1883	06.08.1883	13:594.000	1.217,8	Major
4	26.01.1852	24.09.1853	9:014.500	1.070,47	Major
32	07.02.1882	17.11.1882	11:740.000	1.032,14	Capitão
33	20.02.1882	20.02.1882	11:545.000	1.015	Tenente
35	18.12.1884	07.08.1886	12:763.500	989,17	Capitão
1	22.02.1881	17.09.1881	9:623.077	850,04	Coronel
31	15.03.1869	14.07.1869	10:973.800	845,51	Tenente
5	17.02.1881	17.02.1881	8:925.00	788,38	Major
41	19.11.1876	18.12.1876	7:362.000	776,08	Capitão
17	23.11.1858	22.06.1859	6:761.000	721,17	Major
14	19.10.1891	23.05.1882	8:198.870	720,82	Major
42	18.03.1880	Não há	7:538.200	719,27	Alferes
10	17.06.1882	11.06.1883	5:870.000	525,85	Capitão
30	20.03.1875	5.10.1877	5:081.000	518,69	Capitão
13	19.06.1890	09.08.1890	5:000.000	475,21	Tenente
45	15.04.1898	15.04.1898	19:597.000	474,41	Tenente
9	04.08.1886	21.08.1886	5:973.960	462,98	Major
27	30.03.1891	15.08.1891	7:221.000	460,64	Capitão
26	07.08.1862	Não há	4:104.000	449,73	Alferes
11	04.09.1878	12.07.1879	3:489.013	309,65	Tenente
23	28.10.1873	29.11.1873	2:137.000	239,52	Alferes
28	06.04.1891	06.04.1891	2:900.000	213,75	Capitão
8	14.07.1882	15.09.1882	1:899.000	166,95	Capitão
29	17.03.1859	30.05.1862	1:391.220	152,45	Capitão
2	20.07.1880	20.08.1880	1:243.700	118,67	Coronel
18	15.03.1860	Não há	1:052.140	113,11	Capitão
19	20.08.1887	Não há	400.000	37,33	Capitão
22	18.12.1858	01.04.1859	333.280	35,55	Tenente
37	16.05.1860	08.07.1860	300.000	32,25	Alferes

tenente-coronel ou coronel. Em suma, e aí concordamos com a assertiva de Fernando Uricoechea, a hierarquia corporativa da Guarda podia “auxiliar na erosão das hierarquias socialmente estabelecidas: oficiais de origem relativamente humilde podiam fazer valer sua autoridade corporativa explicitamente contra reclamações irregulares de oficiais subordinados e guardas de *status* social mais elevado” (Uricoechea, 1978, p. 214).

Não constantes na Tabela 6 ainda devem ser lembrados. Oficiais sob “ID” de números “16” (Alferes), “24” (Capitão), “7” (Capitão), “34” (Coronel) e “3” (Tenente-Coronel) tiveram seus bens leiloados em praça pública, com a finalidade de sanar dívidas diversas. O Capitão Lourenço Machado de Medeiros (24) devia todos os seus bens (782\$900) para Manoel Pereira de Vargas e Nicolau Stumpf (metade para cada um). A esposa do também Capitão Manoel dos Reis Nunes (7) não prosseguiu ao inventário do marido, pois, apesar da dívida da Fazenda Nacional para com o oficial (1:203.408 referentes ao espólio do falecido apurado no Exército em operações no Paraguai), suas dívidas superavam o montante total. Francisco Alves dos Santos (34), Coronel – que depois chefiou o Comando Superior de Santa Christina do Pinhal –, tinha extenso rol de credores: João Correa Ferreira da Silva (12 contos e 470 mil réis), João Baptista da Silveira Souza (3 contos e 260 mil réis), José Miguel Schmitt (2 contos de réis) e Francisco da Silva Nunes (1 conto e 812 mil réis) eram os maiores deles. Com isto, todos os seus bens foram ou automaticamente transferidos aos credores ou leiloados em praça pública.

Apesar de elencado na Tabela 6, Albino Brodt (alfaiate, nomeado alferes em 1862 e tenente em 1871), Capitão Honorário do Exército, condecorado com o Hábito da Rosa e a Medalha de Mérito do Império, passou por severas dificuldades, e sua viúva teve de solicitar inventário de pobreza para que os bens do marido (apenas móveis de sua casa) pudessem ser inventariados.

Sobre os 5 mais afortunados (IDs 38, 39, 12, 21 e 15; três capitães, um alferes, um tenente-coronel), todos contavam com devedores à herança. Além disso, três deles eram proprietários e dois deles comerciantes.

O Capitão Pedro Schmitt (38), cujo monte-mor somava mais de 10 mil libras, investiu boa parte de seu capital em terras (sua fazenda, Figueira São José, de 12.100.000 m², contava com casa de moradia, engenho de serrar e moer grãos além de um alambique; uma colônia e um campo em Santa Maria do Butiá; um terreno na rua central de São Leopoldo; outros muitos terrenos em Santa Christina do Pinhal) e escravos (Adão, Prudêncio,

Fortunato, Antonio, Maria, Eva, Rita, Isabel, Amélia e Vitalina). Os bens de raiz somavam mais de 105 contos de réis; seus escravos, 7,5 contos; as dívidas ativas à herança, 1 conto e 826 mil réis. Disse-se ser proprietário.

O Capitão Ignácio José de Alencastro, também proprietário, certamente percebeu oportunidades de ascensão ou manutenção de suas redes dando preponderância à Guarda Nacional. Além de ser o segundo oficial mais afortunado, dois de seus filhos eram capitão e major; a filha, D. Maria Paula de Alencastro, casou-se com o Ten.-Cel. Antonio José da Silva Guimarães (de ID 12, terceiro mais afortunado de nossa tabela). Suas casas em Porto Alegre somavam, sozinhas, 12 contos de réis (no Caminho Novo e na Rua Bragança).

O Tenente-Coronel Antonio José da Silva Guimarães (12), ao contrário de seu sogro, emprestou grande capital. As dívidas à sua herança somavam cerca de 11 contos de réis. Seu genro, Vasco da Silva Feijó, administrava a Mesa de Rendas Gerais de Pelotas, o que tomou dele um investimento de 12 contos e 400 mil réis. Guimarães era cunhado do Brigadeiro Christiano Frederico Buys, que chegou a chefiar o Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo. Transparece, aí, visível estratégia, tanto por parte de seu sogro, quanto por sua parte, de busca por postos do alto oficialato da Guarda.

O Alferes Felipe Herzer (21) foi vereador da Câmara Municipal em duas gestões. Além de comerciante (sua casa de negócios rendeu-lhe a avaliação de quase 8 contos de réis), investiu em terras (que chegaram a somar cerca de 40 contos de réis) e escravos (tivemos notícias de cinco cativos que serviam a Herzer). Em seu inventário ainda encontramos alguns devedores à herança do falecido.

Finalmente, o Capitão Pedro Blauth. Comerciante, negociante e investidor nos serviços de transportes fluviais, contava com grande montante de dinheiro emprestado a outrem: deviam a ele José Thiesen (20 contos de réis), Guilherme Beck (5 contos e 200 mil-réis), Alberto Daubert (11 contos e 100 mil réis), Júlio Fernandes (2 contos de réis) e Militão da Silva (500 mil-réis). Ademais, foi mais um comerciante que contou com grande capital investido em imóveis (71,7 contos). Ele direcionou também seus esforços para investir em ações (38,8 contos) dos vapores São Leopoldo e Pedro Primeiro e das lanchas de sua empresa, Pedro Blauth & Companhia de Transportes e Docas.¹²

Estamos tratando aqui, e não esqueçamos isso, de um contexto de guerra quase permanente no território sul-rio-grandense (1835-45, 1851-52, 1864-70). Esses homens, além de abastados ou pobres com honra, coronéis ou alferes, atingindo aí toda a pluralidade de cidadãos da

¹² Diversos foram os sócios da empresa de Pedro Blauth, especialmente membros da família Dexheimer, Ebling e Blauth. Acerca dos negócios dessa última família e de outras na navegação fluvial no Rio Grande do Sul, ver Reinheimer (2009).

Nação, assim que o clarim soasse, deveriam deixar seus afazeres em suas vendas, empresas, casas de negócio, propriedades e oficinas para marchar, muitas vezes ao lado do Exército, para o teatro da guerra. Tal condição poderia fazer-nos pensar que a hierarquia militar, em alguns casos, era levada mais em conta do que a fidalguia social, especialmente no tocante ao *status* dos atores sociais (Uricoechea, 1978, p. 233). Outrossim, não podemos deixar de levar em conta, diante de nosso *corpus* documental, que, muitas vezes, antes de avaliar a aptidão para manejar a carabina, grande parte das propostas para o oficialato indicavam a filiação e a ocupação do pretendente.

O que uniria estes oficiais dos quais estamos tratando, para além do fato de servirem liturgicamente ao Estado brasileiro na milícia cidadã? Acreditamos que a resposta pode ser encontrada nas questões relativas ao crédito, à dívida e à farda. Nossa hipótese, portanto, tem íntima relação com o fato de que as patentes militares provenientes da Guarda Nacional influenciavam no ato de tecer relações sociais durante a segunda metade do século XIX (da qual aqui nos ocupamos), especialmente aquelas cujo cerne eram os negócios e, assim, transformar-se-iam em indicadores sociais de confiança e fidelidade.

Tácitos acordos: ascensão social, economia e política

Philipp Dreyer nasceu em Campo Bom, no Quarto Distrito de São Leopoldo. Lá, exerceu o ofício de ferreiro e fundidor de sinos. Quando foi qualificado à Guarda Nacional, decidiu reclamar às instâncias mais superiores possíveis: viajou com dois vizinhos seus à Corte e entregou no Paço um requerimento solicitando maior frouxidão na qualificação para a milícia. Alguns anos se passaram e aquele reclamante e requerente, graças a alguns laços que compunham suas redes, alguns unindo-o a políticos locais e provinciais cotidianamente, tornou-se Alferes Johann Philipp Dreyer. Sua mãe, provavelmente, chamou-o de “Mein Alferes”. Dreyer ausentou-se novamente da documentação – sabemos que foi ao teatro da Guerra da Tríplice Aliança – e reapareceu na mesa qualificadora, participando do Conselho de Qualificação de 1871, como Capitão Vogal. Em cerca de 20 anos, o jovem ferreiro tornou-se membro da alta oficialidade do lugar e passou a relacionar-se com homens da mais alta patente, inclusive os tenentes-coronéis, com os quais chegou a conviver cotidianamente. Doou parte de suas terras para a construção da Sala de Cultos da Igreja Luterana em Campo Bom e apadrinhou muitas crianças e nubentes,

sempre com a insígnia simbólica de cidadão do Brasil ao lado de seu prenome (Mugge, 2010).

O Capitão Dreyer recebeu sua patente em meio às conturbações da guerra. Um subordinado seu deixou relato em forma de poema, no qual cita seu comandante. Nicolau Engelmann, sargento do Corpo de Pontoneiros do Exército Brasileiro escreveu um diário. Nele cita o capitão (Becker, 1968, p. 173). Em meio ao acampamento, em meados de julho de 1865, Dreyer teria declarado a seus subordinados:

*Kinder, seht, ich bin der Mann,
Der Euch in deutsch und brasilianisch helfen kann;
Und ich bin Kommandant eurer Kompanie
Und verlasse Euch gewisslich nie!*

O capitão declarava que ele era “o homem” que poderia ajudar seus subordinados tanto em português, quanto em alemão – haja vista que dominava as duas línguas. Ele, o comandante daquela companhia, nunca deixaria seus subordinados desalentados.¹³ O rápido crescimento na hierarquia da corporação de Johann Philipp Dreyer nos faz refletir acerca da dinâmica de ascensão social. Seu posto final, capitão, faz-nos também lembrar nosso banco de dados no qual constam as patentes de 104 oficiais leopoldenses. Relacionando as patentes de cada homem, chegamos à expressiva porcentagem de 27,9% dos oficiais serem capitães (25% eram alferes e apenas 6,7% eram majores, por exemplo). Tal resultado é indicativo, especialmente quando nosso banco de dados indica que, dos oficiais capitães cuja profissão foi declarada em inventário (10), três capitães eram artesãos ou ocupavam-se de um ofício (alfaiate, ferreiro e oleiro), dois ocupavam-se da agricultura (agricultor e lavrador) e o restante (5, portanto metade) envolviam-se em transações comerciais (negociante [dois], comerciante [dois], dono de empresa de navegação [um]).

Tiago Gil recorda-nos de “uma economia capitalizada”, a qual o historiador em questão destaca, em sua tese de doutoramento, que estava repleta de capitães, cujo número ultrapassava o de oficiais inferiores. Ele, então, pergunta-se: em quem mandavam todos esses capitães? Daqui por diante, refletiremos acerca de nossas questões suprapropostas com atenção especial às conclusões de Gil (2009, p. 222-251).

Podemos aqui tomar como pressuposto comportamentos econômicos oitocentistas moldados pela hierarquia militar. Ou seja, ser capitão significaria reconhecimento de sua ascensão social – seria este o caso de Dreyer – ou manutenção de sua posição social – o que

¹³ Tradução livre: Crianças, vejam, eu sou o homem que pode ajudá-los em alemão e português. E eu sou seu comandante de companhia, e certamente nunca hei de deixá-los.

ocorreu com o Capitão José Joaquim de Paula, comandante da 4ª Secção de Infantaria de São Leopoldo, que, apesar de sua patente, manteve seu posto na comandância interina durante todo o período que este artigo abrange.

Não esqueçamos, por outra via, que a concessão de patentes era estatal. O processo começava com o comandante da companhia enviando propostas ao comandante superior, que dava seu aval (ou não) e as repassava ao presidente da província, que, por sua vez, confirmava ou declinava. Muitas vezes, especialmente para a ocupação de patentes mais altas (coronéis e tenentes-coronéis), havia a necessidade de consultar o Ministro dos Negócios da Justiça, com a finalidade de que quaisquer oficiais fossem nomeados por decreto. Ou seja, o Estado imperial acabava, de um modo ou de outro, por regular a reprodução hierárquica corporativa dentro da própria sociedade.

Oficiais de alta patente eram, como vimos, agentes econômicos importantes – mesmo em economias que podem ser consideradas pobres –, já que, além de comandar Companhias ou Secções, tinham suas casas de negócios e, comumente, extensas parcelas de terrenos, nos quais por vezes cultivavam algo ou criavam algumas reses. Outros ainda mantinham capitais investidos em grande sorte de lugares ou em ações de companhias de navegação ou de linhas férreas. Em suma, eram (boa) parte da base da economia regional: lavradores, proprietários e comerciantes, em sua ampla maioria – raros foram, para o nosso caso, os oficiais artesãos que chegaram ao posto de capitão ou algum mais alto do que este.

Queremos salientar aqui que a sociedade brasileira de então funcionava com homens de patentes relacionadas não só à proeminência econômica – vide IDs 28, 8, 29, 2, 18 e 19, capitães e coronel cujo monte-mor, ao final da vida, foi inferior a 215 libras esterlinas –, mas, e sobretudo, à saliência política, como Felipe Herzer, o rico comerciante e negociante, e Israel Baptista Orsi, negociante, subdelegado de Polícia e homeopata.

Portanto, capitães – haja vista sua elevada participação no cômputo geral dos oficiais – pertenciam a um grupo superior na hierarquia. Aquela patente concedida a Philipp Dreyer não foi concedida somente pela emergência de um capitão para comandar a companhia no *front*, mas também por sua destreza com os negócios, suas relações parentais com ricos comerciantes locais – mesmo que estes fossem inimigos de seu pai – e sua capacidade de representar a comunidade à qual pertenceu, especialmente a luterana do Campo Bom.

Assim como Gil, consideramos que esses oficiais de milícia eram pares, apesar de que, por vezes, atuavam em localidades cujo peso demográfico era muito diferente – no caso das tropas e tropeiros – ou em pequenas vilas e cidades cujo cerne produtivo foi a pequena propriedade rural.

Em suma, a ascensão social, ou “como se faz um capitão?”, se responde, por este viés, em seis itens, não sendo todos eles, mas boa parte, obrigatórios para a conquista da patente: participar de guerras ou contextos de perigo que denotavam prerrogativas de mando; manter e entreter relações pessoais (tanto familiares quanto alianças) que garantiriam a indicação para o posto; participar de atividade comercial e mercantil; dar atenção às solicitações de clientes subordinados graças à farda, à posição social e a seus recursos materiais; manter uma política doméstica de sucessão; ter habilidades e recursos pessoais para a função de chefe familiar, dono e conhecedor de seus negócios e alguma filiação política (Gil, 2009).

No entanto, a dinâmica dessa ascensão hierárquica por vezes confunde o historiador. Foi quando nos deparamos com os cinco casos de oficiais cujos bens sequer foram repartidos entre herdeiros, tendo ocorrido antes disso leilão em praça pública ou transferência para credores. Esses homens que sequer tiveram montes partíveis em seus inventários comandavam corpos e companhias. O que isso significa? Má gestão patrimonial ou outro tipo de negócio que não se revela em inventários *post-mortem*?

É lícito afirmar que se trata do segundo caso. O Coronel Francisco Alves dos Santos (ID 34) teve como seu inventariante João Correa Ferreira da Silva – importante político local durante a Primeira República. Não deixou herdeiros e grande parte da herança foi destinada ao próprio João Correa, ao qual Alves dos Santos devia mais de 12 contos de réis. O Alferes Francisco Coelho de Souza, cuja profissão desconhecemos, era dono da mais valiosa residência dentre os oficiais que citamos. Sua casa na esquina das ruas Sapucaia e Formosa, de cinco janelas, um portão de ferro, 400 palmos de terreno amurado, oito janelas, cujo vizinho era Carlos Feldmann, valia, sozinha, 11 contos de réis. Extensas dívidas ativas e passivas tomam conta do inventário, o que nos faz crer que se tratava de um homem ocupado com esse ramo de negócio. As dívidas do Capitão Joaquim Vieira Fernandes ultrapassavam seu monte-mor. O homem de ocupação desconhecida devia a João Jorge Schreiner (irmão de seu advogado Lúcio Schreiner, ambos capitães) cerca de sete contos de réis “referente a hipotecas e empréstimos”. A herança do falecido também teve de sanar dívidas para com Jorge Daudt, equivalentes ao montante de quase dois contos de réis “referentes a crédito e caronas caixeiros”.

Esses capitães dos quais aqui tratamos ocupavam-se, por vezes, de negócios que envolviam empréstimos. Seu *status*, referimo-nos aqui às questões de autoridade e fidelidade, garantiam a eles empréstimos e serviços *fiados* de montantes vultuosos. Com grande crédito na praça, homens como Alves dos Santos, Coelho de Souza e Vieira Fernandes eram os mais endividados dos 104 oficiais.

Vivendo de emprestar dinheiro e pagar suas dívidas, seus negócios revelaram-se nos inventários a que tivemos acesso. A confiança com a qual contavam era grande, haja vista que suas patentes influenciavam como indicador social. A farda, no entanto, também funcionaria no sentido inverso. Os mais afortunados também eram os que mais emprestavam dinheiro, e Felipe Herzer é um exemplo disso. O uniforme de Alferes monopolizava a violência em seu nome, legitimando sua autoridade – além de ser, por duas vezes, vereador – quando da necessidade de cobrança das dívidas. Também era possível manter a fidelidade do cliente por esta via, como vimos.

Os proprietários, por sua vez, aparecem como detentores de *status* graças à quantidade de agregados e escravos que serviam a eles. A guerra lhes trouxe prestígio público, relações com instituições governamentais e honorarias militares. A sociabilidade fardada que revelava estratégias familiares como as dos Alencastro Guimarães de Sant’Anna do Rio dos Sinos ou dos Paula Fogaça da Fazenda São Borja – que, com seus enriquecimentos, potencializaram o controle político local – faz emergir a hierarquia sociomilitar que era um dos pilares do Império do Brasil.

Referências

- AMADO, J. 2002. *A revolta dos Mucker: Rio Grande do Sul, 1868-1898*. São Leopoldo, Unisinos, 379 p.
- ASSIS, M. 1994. O espelho. In: M. ASSIS, *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, vol. 2, p. 345-352.
- BARTH, F. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 243 p.
- BECKER, K. 1968. *Alemães e descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai*. Canoas, Editora Hilgert & Filhos, 203 p.
- BLUTEAU, R. 1712-1728. *Vocabulário português & latino: áulico, anatomico, architetonico...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- CASTRO, J.B. de. 1977. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo/Brasília, Companhia Editora Nacional/INL, 260 p.
- FERTIG, A.A. 2010. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil*. Santa Maria, EdUFSM, 397 p.
- FRAGOSO, J.L.R. 2002. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, 5:41-70
- GAYOL, S. 2008. *Honor y duelo en la Argentina Moderna*. Buenos Aires, Siglo XXI, 284 p.
- GIL, T.L. 2009. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 372 p.
- GRAHAM, R. 1997. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, EdUFRJ, 542 p.
- GRENDI, E. 1978. La micro-analisi: fra antropologia e storia. In: E. GRENDI (org.), *Polanyi: dall'antropologia economica alla micro-analisi storica*. Milano, EtasLibri, p. 91-166.
- LEAL, V.N. 1978. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 276 p.
- MAGALHÃES, D.R.F. 2003. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. São Leopoldo, RS. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 574 p.
- MATTOS, I.R. 1990. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 285 p.
- MUGGE, M.H. 2010. Das “delícias da paz” ao “teatro da guerra”: de qualificado a qualificador – Guarda Nacional (São Leopoldo/RS – ca. 1850-1870). In: M.H. MUGGE; E. MUGGE; I. HAUENSTEIN, *Construindo diálogos: história, educação e ecumenismo: Homenagem a Martin N. Dreber*. São Leopoldo, Oikos, p. 333-350.
- NEUMANN, G.R. 2009. “Os dois vizinhos. Cenas da colônia”, de Wilhelm Rotermond. *Contingência*, 4(2):43-59.
- OBERRACKER Jr., C.H. 1968. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro, Presença, 2 vols.
- OSÓRIO, H. 2007. *O Império Português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, EdUFRGS, 356 p.
- PINTO, L.M.S. 1832. *Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz*. [s.l.], Typographya de Silva.
- REINHEIMER, D.N. 2009. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo, Oikos, 284 p.
- REMEDY, J.M.R. 2011. *Palavras de honra: um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião*. São Leopoldo, RS. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 304 p.
- ROCHE, J. 1969. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 2 vols.
- RODRIGUES, A.E.M.; FALCON, F.J.C.; NEVES, M. de S. 1981. *A Guarda Nacional do Rio de Janeiro. 1831-1918*. Rio de Janeiro, PUCRJ, 502 p.
- ROTERMUND, W. 1997. *Os dois vizinhos e outros textos*. São Leopoldo, Sinodal, 283 p.
- SALDANHA, F. H. D. 2009. *O Império da Ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. Franca, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de São Paulo, 192 p.
- SCHRÖDER, F. 2003. *A imigração alemã para o Sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 175 p.
- SILVA, A.M. 1813. *Dicionário da língua portuguesa – recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa, Typographia Lacerdina.
- SODRÉ, N.W. 1979. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 439 p.
- TRAMONTINI, M.J. 2000. *A organização social dos imigrantes: a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira – 1824-1850*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 424 p.
- URICOECHEA, F. 1978. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro do século XIX*. São Paulo, Difel, 332 p.
- VIANNA, O. 1949. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo, José Olympio. 2 vols.
- WITT, M. 2008. *Em busca de um lugar ao Sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX*. São Leopoldo, Oikos, 304 p.

Fontes primárias

- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). 1864. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 104 (Seção de Infantaria de São Leopoldo). Relação Nominal da Força. 14 de jun.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs).
[s.d.]. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maços 23, 24, 25,
26, 27, 28, 29, 30 e 31.

ARQUIVO NACIONAL (ANRJ). 1858-?. Série Guerra. Guarda
Nacional. IG13 721. Livro de Registro Geral dos Oficiais dos
Diferentes Corpos do Comando Superior da Guarda Nacional
de Porto Alegre

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO
(MHVSL). 1857-?. Livro de relação de condutas da 4a. Secção
de Infantaria de São Leopoldo.

Submetido: 14/06/2012

Aceito: 15/08/2012